



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Proposta de Atividades Pedagógicas Presenciais



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PALMEIRA
DOS ÍNDIOS**
NOVOS TEMPOS, UMA *NOVA* PALMEIRA!

**SECRETARIA
MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO**



Prefeito Municipal
Júlio Cezar da Silva

Vice-prefeito

Márcio Henrique de Carvalho Lima

Secretária Municipal de Educação

Renilda Pereira de Oliveira Ribeiro

Secretária Adjunta de Educação

Luísa Júlia Duarte

Diretor de Ensino

Alexsandro Caetano da Silva

Elo de Gestão

Elba Siqueira Gomes

Coordenação Pedagógica da Educação Infantil

Maria Lúcia Bezerra de França

Salésia Maria Cavalcante Santos

Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Andréia de Melo Sá

Jeane Vieira da Silva

Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental Anos Finais

Jine Kácia de Lucena Monteiro Calado

Coordenação Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos

Maria Vilma da Silva

Coordenação Pedagógica da Educação Inclusiva

Quitéria Barbosa de Costa

Coordenação Pedagógica da Educação em Tempo Integral

Maria das Graças Sandesde Araújo

José Cristiano de Oliveira Rocha

Coordenação Pedagógica dos Programas Federais

Maria Angélica de Oliveira Pereira

Inspeção e Registro

Denise Cavalcante Tenório

Emanuela Melo de Oliveira

Márcio Ângelo Vanderlei

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	5
2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS	8
2.1 Procedimentos de Retorno das Aulas Presenciais	8
2.1.1 Educação Infantil	9
2.1.2 Ensino Fundamental.....	11
2.1.3 Educação Especial	11
2.1.4 Educação de Jovens e Adultos	13
2.2 Acolhimento dos Estudantes e Profissionais da Educação	14
2.2.1 Dos Profissionais da Escola	14
2.2.2 Dos Estudantes.....	15
2.3 Formação Continuada.....	15
2.4 Ensino Híbrido	16
2.5 Avaliações Diagnósticas	18
3 REFERÊNCIAS	19

1 APRESENTAÇÃO

A pandemia causada pelo novo Coronavírus, Covid-19, acarretou uma série de desafios para a sociedade mundial, trazendo perdas significativas para várias áreas sociais, e incertezas quanto à volta à normalidade. Dentre essas, a educação sofreu com interrupção de suas atividades presenciais, já no mês de março de 2020, e teve seu retorno normatizado pelo Parecer CNE/CP Nº: 05/2020, mas apenas de maneira não presencial, priorizando o distanciamento social.

Diante disso, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude de Palmeira dos Índios-AL, para o ano letivo de 2020, optou por ofertar a educação escolar através da Proposta Pedagógica de Atividades Não Presenciais, autorizada pela Portaria 107/2020, em consonância com o Parecer 5/2020 do CNE (2020, p.06):

2. a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais no decurso;

Sendo assim, no ano letivo de 2020, todas as escolas da Rede Pública Municipal de Palmeira dos Índios vivenciaram a Proposta de Atividades Pedagógicas Não Presenciais, com atividades mediadas por tecnologias e por material impresso, além de aulas via rádio, pelo Projeto “A Escola no Rádio”, para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, seguindo o Referencial Curricular do Estado de Alagoas – ReCAL.

Para o ano letivo de 2021, há uma movimentação na educação brasileira para que as aulas presenciais sejam retomadas, ancorando-se na “importância da educação escolar para o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças, dos jovens e das famílias” (BRASIL, 2020), assim como em minimizar as perdas educacionais ocasionadas pelo isolamento social, mas sempre priorizando a saúde dos estudantes e dos profissionais da educação.

Dessa forma, considerando as normativas direcionadas para o retorno às aulas presenciais, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude propõe o retorno gradual e parcial às atividades presenciais das escolas da Rede Pública Municipal, conforme orientações do Conselho Nacional de Educação, por meio dos Pareceres CNE/CP nº 5/2020, nº 9/2020 e nº11/2020, que

contêm orientações educacionais para o cômputo da carga horária das atividades não presenciais, para a reorganização do calendário escolar e para o retorno às aulas nas instituições de ensino de todo o país, como também do Parecer CNE/CP nº 15/2020.

O contato e o diálogo entre os estudantes, professores e funcionários são de fundamental importância para a formação integral do sujeito, sendo assim, apesar dos esforços durante o ano letivo de 2020 e da aprendizagem construída, sabe-se que as perdas perpassam pelos aspectos emocional, intelectual e social de todos.

Nesse sentido, a Proposta de Retorno às Aulas Presenciais está estruturada adotando medidas que possibilitem um retorno seguro para todos os estudantes e profissionais da educação, respeitando o direito à segurança, à saúde e à vida (BRASIL, 1988). Para isso, a Proposta segue as orientações contidas nos documentos norteadores produzidos pela Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e pelo Protocolo de Segurança de Retorno às Aulas Presenciais, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude de Palmeira dos Índios-AL.

Uma das principais medidas para evitar o contágio pelo Coronavírus, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é a diminuição da circulação de pessoas. Dessa forma, um número reduzido de estudantes por turma é essencial para garantir a segurança e reduzir a possibilidade de contágio, visto que turmas menores permitem um maior distanciamento entre os estudantes.

Assim, o processo de retorno ao presencial acontecerá de forma gradual e parcial, adotando-se, inicialmente, o Ensino Híbrido¹, envolvendo, segundo as diretrizes aprovadas, a participação das comunidades escolares e a observância de regras de gestão, de higiene e de distanciamento físico de estudantes e dos profissionais da educação, com escalonamento de horários de entrada e saída para evitar aglomerações, além de outras medidas de segurança recomendadas, para que se possa ter um ambiente saudável e com o menor risco de propagação do Coronavírus, Covid-19.

Portanto, a referida Proposta Pedagógica tem como objetivo orientar as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino no que concerne à volta das aulas

¹O ensino híbrido é uma das maiores tendências da educação no século XXI. Essa nova metodologia tem como objetivo aliar métodos de aprendizado online e presencial.

presenciais, garantindo o direito à aprendizagem, à proteção, à saúde e à vida dos estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar, bem como prezar pela qualidade do ensino ofertado, norteando-se pela Base Nacional Comum Curricular (2017) e pelo Referencial Curricular do Estado de Alagoas (2019). Dessa maneira, compreende-se que o retorno às atividades presenciais nas escolas da Rede Municipal necessita da compreensão, cooperação, organização e cuidados de todos os envolvidos para que sejam respeitados os direcionamentos contidos no Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais elaborado pelo Município.

2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

2.1 Procedimentos de Retorno das Aulas Presenciais

O retorno às aulas presenciais ocorrerá de maneira gradual e parcial, por fases, obedecendo o **cronograma** estabelecido pela Rede Municipal de Educação e posto no Protocolo de Segurança de Retorno às Aulas Presenciais:

FASE	Etapas e modalidades da Educação Básica
1ª	Ensino Fundamental: 5º e 9º anos Educação de Jovens e Adultos (1º e 2º segmentos)
2ª	Ensino Fundamental: 6º, 7º e 8º anos
3ª	Ensino Fundamental: 3º e 4º anos
4ª	Ensino Fundamental: 1º e 2º
5ª	Educação infantil (pré-escola e creche)
6ª	Educação Especial
7ª	Atividades socioeducativas (aulas de Educação Física e qualquer atividade coletiva)

O regime de revezamento ocorrerá com a alternância semanal, onde cada turma poderá ser dividida de forma que a organização física da sala permita que haja 1,5m de distância entre os estudantes, e entre professor e estudante. Sugere-se que a turma seja dividida em 50% (cinquenta por cento) de estudantes em estudos presenciais e 50% (cinquenta) não presenciais, alternando. Cabe citar ainda que caso a escola tenha turmas que possuam um número pequeno de estudantes, e tenha em seu espaço físico capacidade de mantê-los com o distanciamento de 1,5m, pode retornar com a turma em sua totalidade. Já as escolas que com um número elevado de estudantes e que seja necessária uma divisão em 03 grupos, o escalonamento seguirá com alternância de 03 semanas.

É importante mencionar que o Ensino Híbrido consiste em atividades presenciais e online (remoto), sendo assim, enquanto Grupo X estiver em aulas presenciais, Grupo B terá recebido atividades para fazer remotamente, em casa, correspondendo à carga horária da semana.

Nesse sentido, cada escola deverá considerar sua capacidade física, assim como as etapas e modalidade de ensino a que atende, para organizar seu retorno, obedecendo às normas e aos cuidados que zelem pela saúde e bem-estar de estudantes, funcionários e comunidade escolar, sempre comprometida com a formação integral do sujeito. Ao elaborar seu escalonamento e fases atendidas, a escola deve deixá-los expostos em local visível à comunidade, divulgando na comunidade,

Para o retorno das aulas presenciais, as escolas devem seguir o cronograma de retorno obedecendo cada fase e o tempo de transição de 14 dias entre elas. As turmas que não estão na fase inicial terão suas atividades remotas, seja online ou com material impresso, até chegar à sua fase de retorno.

O horário de funcionamento da escola será:

- 07h30min às 11h40min
- 13h às 17h15min
- 19h às 22h

2.1.1 Educação Infantil

A Educação Infantil segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), primeira etapa da Educação Básica, a qual é oferecida em creche (0 a 3 anos de idade) e pré-escola (4 a 5 anos de idade), as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Nessa etapa, o currículo deve estar voltado para promover aprendizagens e conquistas de desenvolvimento, respeitando os diferentes ritmos, interesses e necessidades que as crianças manifestarem de acordo com cada grupo etário. É importante reforçar que a BNCC considera também que na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, dentro de uma organização curricular estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são

definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Todo esse planejamento da rotina para as crianças de zero a cinco anos de idade após esse longo período de afastamento, e o retorno às atividades presenciais será uma nova adaptação para as crianças, momento difícil para muitas delas, que poderá gerar choro, irritabilidade e até agressividade por parte de algumas. Orienta-se pensar em estratégias de acolhimento utilizando atividades lúdicas. É interessante conversar com as famílias antes do retorno para averiguar possíveis experiências traumáticas vividas no período de isolamento social, que poderão dificultar o período de readaptação. Naturalmente, o Conselho Tutelar deverá ser acionado caso haja suspeita de violências físicas ou psicológicas.

Para o retorno seguro na Educação Infantil, torna-se necessário:

- Utilizar recursos lúdicos para sinalizar as rotas a serem seguidas pelas crianças, para ensiná-las sobre as distâncias que precisam respeitar e sobre bons hábitos de saúde e de higiene;
- Nomear os objetos pessoais da criança, bem como suas mochilas, vestimentas e fraldas, a fim de evitar a troca no momento de sua utilização
- Reforçar, por meio de músicas ou brincadeiras, a maneira correta de tossir ou espirrar;
- Buscar variações de brincadeiras dirigidas, individuais e coletivas que possam ser feitas a distância, tais como mímicas, peteca, corrida de obstáculos, entre outras;
- Pensar em kits, caixas ou sacolas transparentes, com brinquedos para cada criança, evitando-se o compartilhamento dos objetos;
- Proporcionar uma roda de conversa sobre o coronavírus (respeitando-se o distanciamento), deixar que as crianças demonstrem suas dúvidas, seus medos e suas impressões acerca do tema; o(a) professor(a) deve ter uma escuta atenta para aproveitar ao máximo as manifestações das crianças, explorando as mais diversas temáticas que sejam produzidas;
- Disponibilizar materiais e orientações aos pais ou responsáveis sobre a realização das atividades educacionais com as crianças;
- Estimular as atividades pedagógicas não presenciais, por meio de orientação às famílias, disponibilizando diferentes estratégias para reforçar os períodos de interação com as crianças fora do ambiente escolar, em conformidade

com a regulamentação do Conselho Nacional de Educação (CNE);

2.1.2 Ensino Fundamental

O ano letivo de 2020, em Palmeira dos Índios, ocorreu de forma remota, contando com apenas 25 dias presenciais que se deram antes da pandemia. Dessa maneira, acredita-se que os objetivos de aprendizagem foram alcançados no referido ano por meio da Proposta de Atividades Não Presenciais.

Com a volta às aulas de forma gradual e parcial, é crucial que os estudantes retomem as habilidades trabalhadas nos componentes curriculares em 2020, antes de iniciarem as pertinentes à série/ano que cursarão no corrente ano letivo de 2021. Tal ação permitirá identificar as lacunas e dificuldades de aprendizagens dos estudantes para que assim a escola possa executar seu plano de ação a fim de minimizar as perdas educacionais. Nesse sentido, recomenda-se que, na volta às aulas presenciais, as escolas realizem os seguintes procedimentos:

- Planejar ações de acolhimento;
- Realizar autoavaliação com os estudantes;
- Realizar avaliação diagnóstica de todos os componentes curriculares abordando as habilidades e competências específicas trabalhadas em 2020/2021;
- Planejar aulas, atividades e/ou projetos interdisciplinares ou por áreas de conhecimentos para trabalhar as dificuldades apresentadas pelos estudantes;
- Realizar avaliação somativa .

Cabe mencionar que todos os instrumentos das práticas avaliativas devem prever múltiplas possibilidades a serem realizadas, tendo por objetivo a aprendizagem do estudante e seu desenvolvimento integral, conforme Resolução Nº 03/2020, do CME.

2.1.3 Educação Especial

Tendo em vista o momento que o mundo está vivenciando e o impacto com o fechamento das unidades de ensino, a vulnerabilidade social e muitas outras situações que merecem toda atenção e cuidado por parte tanto das autoridades

quanto dos órgãos da área de saúde e assistência social, se faz necessário repensar a importância e reabertura das escolas através das orientações dos órgãos competentes e das normativas que direcionam tanto às atividades remotas quanto o retorno às aulas presenciais.

Pensar o retorno dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação deve ser algo cuidadosamente planejado. Nesse sentido, e considerando que não existe correlação automática entre deficiência e risco, a decisão sobre o retorno destes estudantes segue as mesmas orientações direcionadas aos demais estudantes. Porém, algumas medidas se tornam necessárias para que família e escola se preparem para o retorno com segurança à vida, a saúde e a educação.

Buscando compreender que todo ser humano é único e que aprendemos de forma contínua e processual, cada um com características próprias, nos faz entender que tudo isso exige uma série de adequações curriculares, buscando como ponto de partida o desenvolvimento de estratégias que atendam às diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. O planejamento de ensino a ser desenvolvido no retorno às atividades presenciais deverá considerar: o Estudo de Caso; O Plano de Atendimento Educacional Individualizado (PEI) e A Avaliação Diagnóstica, conforme orientações gerais, direcionadas tanto pela SEMEDE quanto pela escola.

Para o retorno às aulas presenciais acontecer de forma segura algumas orientações é de fundamental importância. O Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC) destaca que:

1. Envolver as famílias na preparação de retorno e especialmente fornecer-lhes informações qualificadas sobre como se dará esse processo;
2. Incluir os profissionais de apoio ao estudante com deficiência no acesso aos EPis e planejar capacitação que contemple as especificidades dos cuidados com esses estudantes;
3. Destacar profissional capacitado para auxiliar crianças e jovens com deficiência que apresentam dificuldades ou impossibilidade para a execução da lavagem ou desinfecção adequada das mãos;
5. Sensibilizar a comunidade escolar sobre a necessidade de flexibilizar o uso de máscaras para os alunos com deficiência ou transtorno do espectro do autismo,

dando ênfase às medidas de higiene e distanciamento social;

6. Prover apoio aos estudantes com deficiência na execução das medidas de higiene pessoal e de desinfecção de seus equipamentos e instrumentos: cadeiras de rodas, próteses, regletes, punção, bengalas, óculos, cadeiras higiênicas, implantes, próteses auditivas e corporais, entre outros.

2.1.4 Educação de Jovens e Adultos

Os estudantes da EJA, que já têm a sua história marcada por exclusões, integram uma parcela ainda mais vulnerabilizada no contexto da pandemia, o que nos alerta para que suas condições de vida, sua rotina de trabalho e seus afazeres domésticos sejam considerados na organização de sua rotina de estudos.

Apesar de o momento ser marcado pelo luto, pela insegurança, pelas dificuldades no plano da sobrevivência, aprendizagens aconteceram. Dessa forma, as atividades das primeiras semanas de retorno às aulas presenciais devem dialogar com as experiências vividas pelos estudantes, tendo a pandemia e seus impactos como contexto multidisciplinar.

Para tanto, propomos que o acolhimento seja feito por meio de diálogos para escuta sensível com proposições, sendo importante que os professores também falem de suas vivências, sentimentos e desafios.

Quanto ao diagnóstico, tendo em vista que no ano de 2020, os estudantes tiveram aulas com atividades remotas, o retorno às atividades presenciais deve considerar as aprendizagens durante esse tempo, conforme pontua o Parecer do CNE/CP Nº 11/2020, Mesmo que muitos, devido às suas condições objetivas de vida, não tenham realizado integralmente as atividades, vivenciaram importantes experiências em suas moradias, em suas comunidades, em seus trabalhos. Essas experiências foram atravessadas pelos impactos da pandemia, o que os obrigou a reformular conceitos e a reaprender a fazer diariamente.

Propomos que, para o processo de planejamento e revisão dos planos de ensino dessa modalidade, as equipes pedagógicas considerem as avaliações diagnósticas já realizadas e realizem outras, considerando a carga histórica de saberes e experiências de vida e de trabalho no tempo vivencial, bem como os objetivos de aprendizagem e conteúdos trabalhados ao longo desses meses, por meio remoto ou impresso, respeitando quem não teve acesso às atividades em sua

integralidade. Essas avaliações podem ser feitas por meio de estratégias orais e escritas, por área de conhecimento, permitindo a identificação dos objetivos/conteúdos e aprendizagens essenciais que devem ser retomados através de propostas de intervenções pedagógicas. Sugerimos o mapeamento geral e comparativo do que foi planejado, com o que foi trabalhado, tanto presencial quanto remotamente, e do que é prioridade, deve ser trabalhado ainda nesse ano escolar.

Nossa proposta é ancorada em temáticas integradoras trabalhadas por área de conhecimento, tendo o contexto atual como pilar, dialogando com Paulo Freire, cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica, dispõe de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, por meio de suas vivências e de sua relação com o mundo. Faz mais sentido para estudantes da EJA, a apropriação de conteúdos que dialoguem com seus saberes experienciais de forma que, ao ampliá-los, produzam novos saberes e percebam seus sentidos e significados.

Com o sistema de revezamento a ser adotado no retorno às atividades presenciais, em razão da pandemia, cada escola pode elaborar planos de estudos que intercalem as atividades desenvolvidas no tempo institucional - escola com as atividades desenvolvidas no tempo vivencial – comunidade. Essas atividades devem partir da realidade, ser objeto de aprofundamento teórico e retornar à realidade como uma resposta à situação inicial, em um processo dialógico de reflexão-ação.

2.2 Acolhimento dos Estudantes e Profissionais da Educação

2.2.1 Dos Profissionais da Escola

Na semana que antecede o início das aulas presenciais, as unidades de ensino devem organizar sua semana de planejamento, de maneira presencial, respeitando o Protocolo Sanitário de Retorno às Aulas Presenciais, voltada para o acolhimento psicossocial de seus profissionais, priorizando temas relativos às competências socioemocionais, visando à promoção da saúde mental e física, por meio da escuta, com a finalidade de identificar os medos, os anseios, os traumas, as necessidades evidenciadas.

Para isso, sugere-se que as escolas busquem parcerias com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, além de outras organizações que a equipe gestora considere necessárias para o momento.

Cabe apontar ainda que a Secretaria Municipal de Saúde poderá ofertar palestras informativas de prevenção da COVID-19 para todas as unidades de ensino, assim as escolas devem inserir tais momentos em seus planos de ações, solicitando parcerias.

2.2.2 Dos Estudantes

Nas duas primeiras semanas de retorno às aulas presenciais, as unidades de ensino devem atentar para o trabalho com as competências socioemocionais, norteados pela BNCC, uma vez que elas contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes, além serem relevantes para a retomada das atividades presenciais diante do atual momento vivenciado em decorrência da pandemia de COVID-19.

Assim orienta-se que as escolas desenvolvam atividades lúdicas, interativas, a fim de se perceber como os estudantes estão reagindo diante do cenário atual nos espaços de convivência escolar. Mediante a observância de dificuldades de interação social apresentadas no contexto escolar, a escola encaminhará os casos aos profissionais de saúde e assistência social, notificando a SEMEDE, para que sejam feitas as devidas intervenções.

2.3 Formação Continuada

As Unidades de ensino, através das equipes diretivas, devem ofertar formação continuada adequada ao momento atual de pandemia de COVID-19, através recurso tecnológico a ser definido pelas mesmas informando à SEMEDE qual rede social escolhida. No caso das formações presenciais é fundamental que seja observado o protocolo Sanitário de Retorno às aulas Presenciais da Secretaria Municipal de Educação.

A formação continuada tem como intuito oferecer subsídios aos profissionais de educação a fim de proporcionar seu aprimoramento profissional e o sucesso escolar dos estudantes, fomentando novas práticas docentes acerca de temas relevantes para o atual momento da educação, além de dar continuidade às discussões sobre os documentos norteadores da educação, tais como a Base

Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular do Estado de Alagoas - ReCAL.

Dessa maneira, sugere-se algumas temáticas para os encontros formativos durante o ano letivo de 2021:

- Ferramentas educacionais digitais;
- Metodologias Ativas;
- Ensino Híbrido;
- O uso da gamificação como estratégia didática;
- O uso do Podcast como ferramenta pedagógica;
- Sala de Aula Invertida;
- Formação integral do sujeito;
- A gestão da sala de aula: caminhos para uma aprendizagem significativa;
- O desenvolvimento de competências socioemocionais;
- Pedagogia de projetos;
- Currículo e avaliação;
- Aprendizagem por investigação;
- Diversidade e Inclusão;
- Competências específicas das Áreas de Conhecimento e Componentes Curriculares;
- Desdobramentos didáticos-pedagógicos do Referencial Curricular de Alagoas;
- Educação Inclusiva: desafios enfrentados por educadores durante a Pandemia do COVID-19;
- Ninguém a menos – aprendizagens significativas no contexto familiar;
- O Atendimento Educacional Especializado e a aprendizagem significativa;
- Os desafios da inclusão digital em tempos de COVID -19 e a Sala de Recursos Multifuncional;
- Ressignificação das estratégias de ensino e aprendizagem;
- O processo de Reclassificação na Educação Básica;
- Avaliação diagnóstica;

2.4 Ensino Híbrido

Diante do cenário atual que se encontra a educação, surgem novas práticas pedagógicas que objetivam a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo os novos modelos de metodologias para atender às necessidades dos estudantes, colaborando com a efetivação e a personalização da aprendizagem, estimulando assim sua autonomia, contemplando a construção das competências e habilidades essenciais propostas pela BNCC.

Segundo Peter Senger (2006), aprender “é se tornar capaz de fazer o que antes não conseguíamos”, é também aprender a conhecer, a conviver, a ser e a agir. Dessa maneira, um dos grandes desafios das escolas consiste em capacitar o estudante a atribuir sentido às coisas, compreendê-las e contextualizá-las.

Nesse sentido, a metodologia híbrida propõe que o estudante combine as experiências e tecnologias digitais, promovendo uma reorganização do tempo e do espaço da aula, ao passo que possibilita que o estudante construa novos conhecimentos dentro e fora da sala de aula. Dessa maneira, para o momento de retorno às aulas presenciais, o ensino híbrido consiste em uma das estratégias adotadas pela SEMEDE.

A especialista Lilian Bacich defende que “O ensino híbrido é uma mistura metodológica que impacta a ação do professor em situações de ensino e a ação dos estudantes em situações de aprendizagem”. Assim, o ensino híbrido promove uma mistura de ensino presencial e propostas de ensino remoto, ofertando assim a integração da educação e a tecnologia, que vem há alguns anos permeando a vida dos estudantes e professores, ou seja, no campo educacional.

Essa nova forma de ensino garante um engajamento dos estudantes, colocando-os como protagonistas da própria aprendizagem, dessa forma, contribui para o estímulo ao desenvolvimento da autonomia, induzindo o estudante a vivenciar na prática o que aprendeu. O professor, por sua vez, precisa ter um planejamento organizado com o acompanhamento de cada estudante, ofertando experiências de aprendizagens ligadas a diferentes formas de aprender, nesse processo ele se torna o mediador de objeto de conhecimento, ao acompanhar processualmente o desempenho dos estudantes.

Para isso, os recursos digitais podem contribuir para a construção da aprendizagem e diminuir os impactos que a situação pandêmica pode trazer para a educação. No entanto, cabe salientar que o Ensino Híbrido não está restrito ao uso de tecnologias digitais, podendo acontecer através de inúmeras ferramentas, metodologias,

experiências, entres outros percursos que o professor desenvolva de acordo com as necessidades e especificidades, flexibilizando seu planejamento. Esse novo formato de ensinar envolve desafios, assim o espaço escolar irá aos poucos implementando em seu planejamento as metodologias adequadas ao seu público-alvo, pois, segundo Lilian Bacich, “O papel desempenhado pelo professor e pelos alunos sofre alterações em relação à proposta de ensino tradicional e as configurações das aulas favorecem momentos de interação, colaboração e envolvimento com as tecnologias digitais”.

2.5 Avaliações Diagnósticas

A avaliação diagnóstica é de suma importância para verificar as habilidades desenvolvidas pelos estudantes e identificar possíveis defasagens de aprendizagem. Dessa maneira, a etapa diagnóstica deve ocorrer para todo o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos, para os estudantes que voltam presencialmente no decorrer das fases do cronogramado Protocolo de Segurança de Retorno às Aulas Presenciais, e ela subsidiará o planejamento de ações que a escola irá construir para sanar as dificuldades apresentadas pelos estudantes. Salienta-se que, para aqueles estudantes que não retornarem presencialmente por opção da família, a escola deve ofertar a avaliação, seja online ou presencial, mediante diálogo com a família. Para a avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa e Matemática, sugere o site <https://apoioaprendizagem.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>.

3 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. **SÚMULA DO PARECER CNE/CP nº 5/2020**. Diário Oficial da União. Brasília-DF. Edição: 83; Seção: 1, p. 63: maio de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- Rosas, P. **Paulo Freire: Aprendendo com a própria história**. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/observatorio/obex06.pdf> Acesso em: 29 de abril de 2020.
- ALMEIDA, M. E. B. **Educação Projetos Tecnologia e Conhecimento**. 1ª Edição. São Paulo: PROEM, 2001.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Educação para a autonomia: um diálogo entre Paulo Freire e o discurso das Tecnologias da Informação e Comunicação**. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4066990953DD6E4E03256F9C004DBDE8/\\$File/NT00030606.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4066990953DD6E4E03256F9C004DBDE8/$File/NT00030606.pdf) Acesso em 26 de abril de 2020.
- PEREIRA, M. I. G. G. **O espaço em movimento: investigação no cotidiano de uma pré-escola à luz da teoria de Henri Wallon**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1992.
- BARBOSA, M. C. S. **As rotinas nas pedagogias da educação infantil: dos binarismos à complexidade**. Currículo sem fronteiras. v.6, n.1, p.56-69, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em 17 de abril de 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- ALAGOAS. Secretaria Estadual de Educação. **Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas em Alagoas**. 2019.